NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/08/2013 - Edição 871

Empresa do presidente da Fenavist quer dividir o prejuízo com os trabalhadores. Já o lucro, não.

O Sindvigilantes/Bahia recebeu na semana passada uma carta da empresa MF informando que vai atrasar novamente o salário dos vigilantes e garante que os trabalhadores poderão fazer nova paralisação, caso não receba faturas dos meses de abril, maio e junho do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

A MF Segurança Patrimonial Ltda tem como um dos donos Odair Conceição, que ocupa a presidência da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Vigilância (Fenavist). A entidade representa nacionalmente todos os empresários do setor. É hábito corriqueiro atrasar o pagamento dos salários dos vigilantes e, não bastasse isso, agora enveredou na tese de divisão do prejuízo com os empregados: se não recebe as faturas, não paga os salários.

"Fazem isso como se os vigilantes fossem sócios deles, mas só no prejuízo. Chegaram ao desplante de querer usar a paralisação dos trabalhadores para pressionar o contratante", afirmou José Boaventura, presidente do Sindvigilantes/Bahia e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

O Sindvigilantes/Bahia levará o caso ao Ministério Público alertando para a prática do calote. "Quem fez seus contratos podres ou, na ganância, escolheu mal seus contratados, que assuma a responsabilidade. Presidente da Fenavist, pague seus empregados!", alertou Boaventura.

Veja ao lado a íntegra do documento enviado pela MF ao Sindvigilantes/Bahia.

Fonte: CNTV

Na oportunidade reiteramos ao IPAC a proximidade da data de pagamento do salario dos vigilantes, que estará comprometido caso o pagamento não seja efetuado na semana corrente. Motivo que poderá levar a uma nova paralisação, como a ocorrida no mes anterior

MF SEGURANÇA

BSI ISO 9001-2008 MF SEGURANÇA

RENASERV

Salvador, 25 de julho de 2013.

Ao
SINDIVIGILANTES/BA
Rua do Gravatá, 23 – Nazaré
Salvador-Ba
At. Sr. José Boaventura Santos - Presidente

Prezado Senhor,

Levamos ao conhecimento deste Sindicato correspondência encaminhada ao INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC, na pessoa do Sr. Marcelo Santos de Jesus – Gerente Administrativo, cuja mesma segue cópia em anexo, solicitando providência quanto ao pagamento das faturas em atraso referente aos meses de abril, maio e junho/2013.

Na oportunidade reiteramos ao IPAC a proximidade da data de pagamento do salário dos vigilantes, que estará comprometido caso o pagamento não seja efetuado na semana corrente. Motivo que poderá levar a uma nova paralisação, como a ocorrida no mês passado.

É importante ressaltar que estamos na busca imediata de uma solução, porém, dependemos das providências que forem tomadas pelo IPAC.

Certo de vossa compreensão, agradecemos antecipadamente a atenção dispensada.

Atenciosamente,

MENDES E FERREIRA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA
Jaldo Machado Mendes
Sócio

Mendes & Ferreira Segurança Patrimonial Ltda. CNPJ: 34.324.913/0001-85
MATRIZ: Rua Campinas de Brotas, 702-B, Brotas. CEP: 40.275-160. Salvador-BA
Tel: (71) 2108-2688. Fax:(71) 2108-2601. E-mail: licitacoes@mfseguranca.com.br
FILIAL: Rua Dr. Edézio Vieira de Melo, 2187-A, Suissa. CEP: 49.050-240. Aracajú - Sergipe
Tel: (79) 3211-7583. Fax: (79) 3211-7583. E-mail: licitacoes@mfseguranca.com.br

CNTV e Sindicatos atendem convite da FIFA, avaliam Copa das Confederações e Discutem a Copa de 2014

Em reunião convocada pela FIFA na última quinta-feira (1) com os sindicatos das cidades-sede da Copa das Confederações e representantes das empresas que atuaram no evento, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) apresentou relatórios específicos pontuando sobre a atuação positiva e o alto grau de profissionalismo dos vigilantes, mesmo sem o curso específico da Polícia Federal para eventos. Participaram da reunião os Sindicatos de Vigilantes da Bahia, Curitiba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A reunião foi realizada para que a FIFA fizesse uma pesquisa sobre as experiências na Copa das Confederações e as expectativas para a Copa do Mundo a ser realizada em 2014. A FIFA avaliou como acertada a atuação da segurança privada, ressaltando que na maioria dos locais foi relatada sensação de segurança maior dentro dos estádios do que em seus arredores, por conta das manifestações realizadas. Tanto em pesquisa externa quanto com indicadores próprios a segurança privada apareceu como sendo um dos três itens aprovados. Apesar disso, foram registradas algumas falhas. Assim como a CNTV, as empresas também apresentaram relatórios apresentando os erros versus acertos.

Mesmo com os acertos, a CNTV fez questão de frisar as graves infrações trabalhistas e de condições de trabalho. Remuneração muito aquém do que os profissionais merecem e histórico de atrasos nos pagamentos são alguns dos exemplos. Além disso, a alimentação fornecida, como lanches e quentinhas, foi imprópria. Houve também carência nos equipamentos de trabalho.

Também foi apontado como erro que não pode ser repetido na Copa de 2014 casos como de uma empresa que possui apenas 15 empregados fixos, mas que, para o evento, mobilizou cerca de 3 mil trabalhadores sem qualquer registro.

"Para 2014 há a necessidade de se aprimorar cada um desses itens relatados pelos sindicatos e pela CNTV. É preciso que todas as condições sejam revistas ainda nesse ano para que não haja surpresas nem se repitam erros graves e que atentam contra a dignidade humana registrados durante a Copa das Confederações", afirmou José Boaventura, presidente da CNTV.

Fonte: CNTV

PL 4330: a mais grave ameaça aos direitos trabalhistas desde a ditadura militar

O Projeto de Lei 4330 de autoria do deputado Sandro Mabel do PMDB de Goiás que regulamenta a terceirização de serviços no Brasil é a mais grave ameaça aos direitos trabalhistas, desde a ditadura militar.

O processo de terceirização no país avançou intensamente a partir da década de 90, com a vitória do projeto neoliberal de Collor/FHC. No período, a terceirização deixa de ser uma prática complementar (só o setor de limpeza faturou 15,2 bilhões em 2010) e se transforma em uma estratégia prioritária do capital. É por isto que o decreto visa agora regulamentar a terceirização em toda a economia, inclusive no chão da fábrica, na indústria.

Na verdade a burguesia deseja acabar com o arcabouço da CLT getulista, em vigor há setenta anos. O grito de guerra de FHC logo após a posse, "vamos superar a era Vargas", não era dirigido exclusivamente a Vale e a Petrobras, incluía também a CLT. Mas uma luta aberta contra a CLT não era prudente e comportava riscos.

A melhor estratégia política encontrada foi deixar avançar à terceirização e apresentar a proposta como uma das maiores inovações organizacionais de todos os tempos. É exatamente isso que faz o capital e seus representantes políticos e empresariais hoje. Na semana passada, foram os próprios presidentes das federações das indústrias em cada estado do país, que foram à imprensa, em particular a rede CBN, tecer elogios à terceirização e exigir sua aprovação imediata em nome da modernização.

Apesar do avanço da terceirização na economia durante a última década não há uma legislação específica que garanta os mesmos direitos entre trabalhadores contratados e os terceirizados em uma mesma empresa. De acordo com a CUT os trabalhadores terceirizados recebem 27% a menos, mais de 70% tem menos direitos trabalhistas e a maioria trabalha três horas a mais que os contratados diretamente. O único instrumento legal que regula a terceirização no país é o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, mas sem força de lei. É neste vácuo legal que o projeto de lei 4330 tenta precarizar agora o maior número possível de trabalhadores.

O projeto de Lei legaliza:

A contratação de empresas terceirizadas nas atividades principais da empresa contratante, bem como nas atividades complementares (todos os metalúrgicos, bancários e jornalistas, agora poderão ser terceirizados);

A empresa terceirizada pode subcontratar outra empresa, em um processo sem fim, para a realização dos serviços contratados;

Será permitida a contratação sucessiva dos trabalhadores por diferentes empresas prestadoras de serviços que prestem serviços à mesma contratante sucessivamente (neste caso os trabalhadores não recebem os direitos trabalhistas ao final de cada contrato);

Não há vínculo empregatício entre a empresa contratante e os trabalhadores das empresas prestadoras de serviços. (Isto permitirá que os trabalhadores terceirizados fiquem de fora dos dissídios coletivos e tenham seus salários rebaixados. Resultará também na fragilização do movimento sindical, que representará um número menor de trabalhadores);

A empresa terceirizada não tem nenhuma obrigação de estender aos seus trabalhadores os benefícios oferecidos aos trabalhadores das contratantes (atendimento médico, ambulatorial, e de refeição, existentes na empresa);

Os cinco pontos citados acima desestruturam profundamente os direitos trabalhistas e a organização sindical dos trabalhadores. Pelo presente e pelo futuro vamos convocar todos os trabalhadores para rejeitar o PL 4330.

Fonte: Artigo do professor associado da UFPE, Ivaldo Pontes Filho

Diante do impasse na negociação, CUT aposta na mobilização contra PL 4330

Nesta segunda-feira (5), a CUT e as demais centrais sindicais reuniram-se mais uma vez em Brasília para discutir o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que precariza ainda mais as condições dos trabalhadores terceirizados.

Pela primeira vez, o governo apresentou uma proposta completa, com sugestões para todos os pontos do PL e, diante desse novo cenário, a bancada dos trabalhadores pediu o prolongamento das negociações para avaliar o texto.

Porém, três terços da mesa de negociação quadripartite - governo, parlamentares e empresários - mantiveram a posição de realizar apenas mais um encontro, na próxima segunda-feira (12), para acertar os detalhes finais antes da votação prevista para o dia 14.

A postura desagradou a CUT por impedir que a negociação avance, destacou o secretário-geral da Central, Sérgio Nobre.

"Apesar de alguns aspectos do texto terem melhorado, ainda continuamos distantes do que queríamos. Acreditamos que não deveríamos estabelecer um prazo e que o projeto precisa ser votado quando as partes entenderem não haver possibilidade de avançar mais", disse.

Apenas o começo

A decisão fortalece a necessidade de a CUT e as demais centrais elevarem o tom neste 6 de agosto, Dia Nacional de Mobilização.

Para o dirigente, a data deve servir como o marco de uma série de manifestações que precisam prosseguir, principalmente, diante do atual cenário.

"Vamos promover manifestações diante das federações patronais para cobrar a responsabilidade dos empresários e isso deve ser apenas o começo. Nossas bases devem seguir mobilizadas até o dia 14, quando ocuparemos o Congresso Nacional. Cada cidadão deve mandar e-mails para seu deputado, cobrá-lo no estado, porque o Projeto 4330 continua muito ruim para nós", alertou Nobre, referindo-se aos parlamentares que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

A precarização avança

De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), o projeto já recebeu aval do relator do texto na CCJC, o também deputado Arthur Maia (PMDB-BA) e apenas aguarda a votação, prevista para o dia 14 de agosto.

Para a CUT e as demais centrais, há retrocesso nas propostas do governo, dos empresários e dos parlamentares sobre seis pontos considerados prioritários: o conceito de atividade especializada; os limites à terceirização; o entrave para a quarteirização; o enfraquecimento da responsabilidade solidária (aquela em que a empresa contratante é responsável por quitar dívidas trabalhistas deixadas pela terceirizada); o caso dos correspondentes bancários e a organização e representação sindical.

Para Maia, caso está encerrado

"Como relator, não tenho mais o que discutir sobre esse processo após ouvir vocês na próxima segunda", decretou Arthur Maia, em sua intervenção na mesa.

Para os empresários, o melhor dos cenários, já que o relatório do deputado do PMDB atende aos interesses, conforme o próprio relator admitiu durante intervenção na mesa. A bancada patronal, inclusive, defendeu que as negociações terminassem já nesta quarta (7).

A mobilização dos trabalhadores aumentará

Em resposta, a pressão sobre o Congresso aumentará, alertou a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa.

"Esse relatório sobre o PL está longe de atender aos princípios que defendemos, de igualdade de direitos entre terceirizados e contratados diretos, de respeito à representação e organização sindical, de limites para a terceirização. E os senhores deputados que fiquem atentos, porque vamos divulgar nos estados o nome de cada um que trair a classe trabalhadora", afirmou.

Fonte: CUT

CUT protesta na 'casa dos patrões' nesta terça-feira (6) contra projeto de lei da terceirização

A CUT e demais centrais sindicais fazem, nesta terça-feira (6), em todo o País, um dia nacional de protesto contra o Projeto de Lei 4330, que piora as condições de trabalho dos terceirizados. Dessa vez, o alvo das manifestações serão os empresários. A maioria dos atos acontecerá em frente a sedes de entidades que representam os patrões - como o prédio da Fiesp, em São Paulo, onde a mobilização começa às 10h.

A CUT, por meio das suas Estaduais, também fará passeatas e atos de protesto em frente a federações patronais, legislativos e prefeituras de todas as capitais do País e municípios das regiões metropolitanas.

Segundo o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, parcela do empresariado brasileiro é a origem do problema porque quer ver aprovada a PL 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel, do PMDB de Goiás. "A mobilização nacional desta terça-feira será em frente aos patrões porque queremos pressioná-los. Foram eles que reivindicaram aos parlamentares do Congresso Nacional a apresentação e, agora, aprovação desse projeto que precariza ainda mais o trabalho terceirizado", afirma Vagner.

O presidente da CUT afirma que, "lamentavelmente, o Brasil tem hoje um Congresso Nacional que não representa democraticamente toda a sociedade brasileira". "Por conta do sistema eleitoral permitir o financiamento privado das campanhas eleitorais, o Parlamento é hegemonizado por representantes de empresários e pelos próprios empresários; e o PL 4330 é uma reivindicação deles, que legaliza esse crime cometido contra os trabalhadores que é a terceirização", afirma Vagner Freitas.

A CUT luta em todas as frentes contra o PL 4330. Além de mobilizar, a Central também tem buscado negociar os principais pontos do PL conjuntamente com o governo federal, empresários e parlamentares, nas chamadas mesas quadripartites de negociação.

Para pressionar o Congresso, a Central colocou em seu portal nacional nomes e emails dos parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça que participarão da votação para que os trabalhadores e toda a população pressionem contra a aprovação do PL 4330.

SOBRE O PROJETO – O texto já recebeu o aval do relator, o deputado Arthur Maia (PMDB-BA), e pode ser voltado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na próxima terça-feira (13). Se aprovado, o PL vai reduzir direitos e piorar condições de trabalho e salário dos terceirizados, que hoje somam 12 milhões de brasileiros.

Os números provam a precarização atual. Hoje, mais de 70% dos terceirizados têm menos direitos trabalhistas que os contratados diretamente.Segundo estudo da CUT e do Dieese, realizado em 2011, o trabalhador terceirizado permanece 2,6 anos a menos no mesmo posto de trabalho, tem uma jornada semanal de três horas a mais e ganha 27% menos que o contratado direto.

O Diesse aponta ainda que, a cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

SEGUE ABAIXO A PROGRAMAÇÃO DAS ESTADUAIS DA CUT

ALAGOAS

A partir 14 horas, ato na Praça Centenário. De lá, seguirá passeata em direção à Federação de Indústrias de Alagoas

AMAZONAS

A partir, 5h, panfletagem nas fábricas do Polo Industrial de Manaus

A partir das 16h30, panfletagem no Centro Comercial de Manaus

BAHIA

A partir das 6h, manifestação em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), no Costa Azul

CEARÁ

A partir das 15h, ato em frente à FIEC (federação estadual das indústrias no Ceará)

DISTRITO FEDERAL

A partir das 10h, concentração no Anexo IV da Câmara dos Deputados

ESPÍRITO SANTO

14h tem início a concentração. A partir das 15h, começa o ato em frente à Assembleia Legislativa.

MARANHÃO

A partir das 9h, concentração para ato que será realizado em frente ao prédio da Fiema (federação estadual das empresas no Maranhão)

MATO GROSSO

A partir das 15h, concentração na Praça Ulisses Guimarães. Na sequência, passeata seguirá até a FIEMT e, depois, até o palácio do governo do Estado. Além do protesto contra PL 4330, a CUT-MT também reivindicará melhorias na saúde e na educação públicas

MATO GROSSO DO SUL

A partir das 9h, ato em frente à Fiems (Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul),na avenidaAfonso Pena 1.206, em Campo Grande

MINAS GERAIS

A partir das 13h, ato na Praça Sete, seguido de passeata até a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), com manifestações de entidade dos bancos, na Associação Comercial, na Prefeitura de Belo Horizonte, no Ministério do Planejamento e no Tribunal Regional do Trabalho

PARÁ

A partir das 9h, ato público em frente à Federação das Indústrias do Pará (FIEPA), na travessa Quintino Bocaiúva,1.588, em Belém

PARANÁ

A partir das 11h30, ato conjunto das centrais, na Rua XV de Novembro, em frente à Associação Comercial do Paraná.

PERNAMBUCO

A partir das 8h, concentração e atoem frente à sede da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), na avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro

PIAUÍ

A partir das 9h30, concentração em frente à Prefeitura de Teresina. Depois, manifestantes seguirão em passeata. Trajeto: inicia no Palácio da Cidade, com Concentração em Frente á Prefeitura de Teresina às 9h30, em seguida entra na Rua Firmino Pires, dobrando na Rua Álvaro Mendes, continua pela Treze de Maio até o Palácio do Karnak.

RIO DE JANEIRO

15h concentração em frente à Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

Até o meio-dia, serão realizadas panfletagens em toda a cidade

RIO GRANDE DO NORTE

A partir das 9h, em Natal, ato em frente à sede da FIERN (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte),

RIO GRANDE DO SUL

A partir das 6h, panfletagem nas portarias de fábricas em municípios da Grande Porto Alegre.

Ato em frente à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)

SANTA CATARINA

Vigília e ato no Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis

SÃO PAULO

A partir das 10h, ato na avenida Paulista, em frente à sede da Fiesp, na avenida Paulista, 1313

SERGIPE

A partir das 10h, manifestação em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), no Centro Administrativo Governador Augusto Franco, no Bairro Capucho,

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF